

Comunicação e Saúde: as negociações de sentidos da alimentação “saudável” na contemporaneidade¹

Raíssa Vieira Ribeiro RAMOS²

Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde/ Fundação
Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ

RESUMO

A ideia de alimentação saudável é apresentada como um dos principais fatores para a conquista da saúde e bem-estar plenos. A ela são atribuídos inúmeros sentidos, postos em circulação a partir de especialistas em saúde e de leigos, perante uma sociedade regida por uma lógica de mercado. Nesse contexto, os sujeitos são estimulados a tomar decisões quase imediatas, em um movimento intrínseco de disputas de sentidos, ainda atravessados por diversas mediações. Este trabalho traz algumas reflexões sobre a importância do aspecto comunicacional do tema para o delineamento de estratégias de intervenção capazes de promover uma melhora no estado nutricional da população, bem como a respeito das negociações de sentidos em torno da alimentação “saudável”.

PALAVRAS-CHAVE: alimentação saudável; sentidos; reflexividade; meios de comunicação; mercado.

Introdução

A partir dos avanços tecnológicos comunicacionais e sua capacidade de reconfigurar as relações sociais, os sentidos produzidos acerca da alimentação recebem tamanha circulação, oriunda de diversas fontes e vozes, de modo a promover ressignificações sobre o que é considerado saudável (ARAÚJO; CARDOSO, 2007). Como exemplo, tem-se a notável velocidade com que mudam as afirmações sobre os alimentos ditos “milagrosos”, uma vez que a cada ano é eleito um alimento capaz de curar doenças ou emagrecer rapidamente. Entretanto, muitos deles não compõem usualmente a alimentação da população brasileira, já que em sua maioria são produzidos em locais com condições climáticas não encontradas no Brasil. Logo, determinar que exista uma única forma de alimentação saudável se torna inviável, considerando a cultura alimentar, a individualidade biológica e os demais contextos socioeconômicos existentes.

¹Trabalho apresentado no GP Comunicação, Divulgação Científica, Saúde e Meio Ambiente, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda do Programa de Pós-graduação em Informação e Comunicação em Saúde - ICICT/FIOCRUZ. E-mail: nutrvr@gmail.com.

A propagação desse discurso induz à conotação de um sentido valorativo e se mostra, geralmente, como uma tentativa de controle da vida em sociedade (FOUCAULT, 2003; REVEL, 2005), ao associar a idealização da saúde à adesão ao estilo de vida “saudável”. Todavia, mesmo que seja comum observar tal discurso partindo de leigos na *internet*, sua construção sofre influência direta do cenário político e socioeconômico, pautado na lógica de responsabilização do sujeito e do caráter positivista do paradigma dominante da medicina. Da mesma forma, a interpelação de discursos midiáticos amplia a ideia da sociedade vista como empresa, estimulando sujeitos – com contextos distintos de vida – a tomarem decisões imediatas, em um movimento contínuo de disputas de sentidos.

Portanto, a reflexão dos processos comunicacionais representa importante forma de compreender como se estabelecem os atuais desafios para a saúde pública brasileira. Considerando que a comunicação configura uma arena de disputas e negociações, este trabalho propõe algumas reflexões sobre questões que envolvem a circulação de sentidos sobre alimentação “saudável”.

A normatização da alimentação “saudável”

A alimentação “saudável” é vista como um dos principais fatores para a conquista da saúde e bem-estar. A partir dela, são atribuídos inúmeros discursos, provenientes de instâncias públicas e privadas, na forma de manuais de prevenção e promoção da saúde associadas à melhoria do estilo de vida. Entretanto, a utilização do adjetivo “saudável”, ao indicar um específico tipo de alimentação, pode não atender às individualidades dos sujeitos. Isso ocorre devido à presente conotação valorativa de sentido, que provoca a exclusão e/ou rejeição do que se comporta diferentemente ao considerado ideal.

Nesse contexto, a adoção do referido adjetivo para nomear parâmetros, hábitos e métricas, influencia formas de lidar com a relação saúde-doença. Mudanças no cuidado são observadas ao longo da história da humanidade, e, atualmente, é notável o “deslocamento do foco das preocupações com a doença para o das preocupações com a saúde” (SACRAMENTO, 2016, p. 1).

Quanto à alimentação, a prevenção do risco de obesidade e suas complicações pela adoção de hábitos alimentares saudáveis, têm mobilizado de forma significativa desde a mídia tradicional (imprensa, televisão, rádio, revistas) até as mídias alternativas e redes de relacionamento *online*.

Desse modo, a noção de risco é considerada como importante norteadora dos modos de pensar e agir “adequados”, sendo regida, em grande parte, pela normatividade baseada na Epidemiologia (CASTIEL; SANZ-VALERO; VASCONCELLOS-SILVA, 2011). Assim, a presente conformação de sociedade tem naturalizada a necessidade individual de prevenção aos riscos, responsabilidade essa que se estabelece e assume valores morais, convertendo-se em um eficiente mecanismo de controle e organização da vida em sociedade (FOUCAULT, 2003).

Portanto, a lógica epidemiológica passa a integrar assuntos debatidos fora da comunidade científica, permeando também os meios de comunicação e nas rodas de conversa cotidianas (LUPTON, 1999). Como exemplo, nos discursos atuais sobre alimentação “saudável” é comum a idealização de saúde inspirada em experiências bem-sucedidas de indivíduos que se orgulham em compartilhar seus hábitos e aparência física como forma de afirmação, promoção de si e *expertise*.

No imaginário social, Luz (1997) expõe que é possível observar uma forte tendência à racionalização da ideia de alimentação “saudável”, semelhante ao saber biomédico ocidental contemporâneo, em que a terapêutica nutricional é centrada nas quantidades e horários em que os alimentos devem ser ingeridos (CARVALHO; LUZ; PRADO, 2011). Ademais, Kraemer *et al.* (2014) apontam a valorização hegemônica da “medicina baseada em evidências”, em que fatores intrínsecos do objeto são desqualificados, incluindo aspectos psicológicos e socioculturais.

A veiculação desse tipo de discurso implica em um processo de vigilância e punição, em que o desvio das recomendações, sejam de especialistas ou influenciadores digitais, podem gerar fracasso e julgamentos. Os hábitos que possibilitam de tal modo de viver assumem então posição de “objeto sagrado”, tornando-se mercadorias de grande valor no plano econômico mundial.

Autonomia reflexiva e gestão do risco

Outro aspecto que rege as ações em torno do risco é o fato de a modernidade ter trazido importantes transformações, anteriormente à contemporânea corrida tecnológica. Giddens (1991) descreve que, com a modernidade e a ruptura do tempo-espaço provocada pela Revolução Industrial a partir da segunda metade do século XIX, foi desencadeada uma reestruturação das formas sociais pelo entendimento da existência de probabilidades

de desfechos, em vez da crença na sorte/fortuna/inevitável. Paralelamente, acentuou-se a sensação de desconforto ou perigo.

São indiscutíveis os benefícios advindos dessas transformações. Por outro lado, também desencadearam um estado de insegurança permanente, como nunca antes visto. Uma vez que “pessoas não podem sentir-se em constante estado de risco, para ganhar segurança, desenvolvem, então, mecanismos de confiança em sistemas peritos” (DUMONT; GATTONI, 2003, p. 47). A esses sistemas é confiada excelência técnica, para gerir demais possibilidades de riscos, sem que necessariamente seja conhecido o funcionamento deste mecanismo por todos (GIDDENS, 1991). Trata-se, então, de uma confiança que emerge por possibilitar o reconhecimento dos riscos, também depositada no sentido de fé, condicionando os sujeitos à uma constante reflexividade na tomada de decisões, conferindo-os autonomia na sociedade (GIDDENS, 1991).

Dessa forma, a modernidade e o liberalismo emergente, com consequente expansão do capitalismo, foram importantes fatores que influenciaram a construção de sentidos sobre saúde-doença, visto que o reconhecimento da autonomia reflexiva corrobora com o ideal liberal, marcado por um individualismo competitivo que enaltece habilidades e competências (MIGUEL, 2016). Inclusive, contemporaneamente, em uma perspectiva neoliberal, emergida após a crise do sistema capitalista, essa visão induz para que a vida individual seja gerida no âmbito de uma empresa, ou uma “sociedade empresarial” (FOUCAULT, 2008).

Contudo, ainda que haja uma tendência de hegemonização da perspectiva biomédica e mercadológica, a forma com que os sujeitos decidem lidar com a saúde não ocorre por imposição, mas pela reflexividade intrínseca. Nesse contexto, se perguntássemos a diversas pessoas o que é alimentação saudável, respostas diferentes poderiam ser obtidas, uma vez que estariam intrínsecos valores, expectativas e posturas diante da vida. A tentativa de definir o “saudável” como uma normatização, considera apenas as limitações da ciência básica na determinação do que é saúde (CZERESNIA; MACIEL; OVIEDO, 2013), ignorando o conhecimento daqueles que experimentam na íntegra a “anormalidade” e os sentidos produzidos a partir de então.

O ato de se alimentar e suas mediações

Ao considerar que ato de alimentar a si e ao outro se insere na dimensão social, cultural, política, filosófica e psíquica, reconhece-se que é possível incidir a aceitação ou

a negação da tentativa de governamentalidade³, não se tratando de uma simples sujeição. Conforme Lupton (2000, p. 15), “se as pessoas não se sentem interpeladas pelos discursos governamentais, se não se reconhecem neles ou se não forem investidas por tais discursos, não responderão a eles conforme o previsto”. A mesma autora sugere que o discurso sobre a alimentação “saudável” também seja utilizado como estratégia de controle e vigilância, principalmente pelo “mercado do estilo de vida saudável”. Assim, em um movimento de resistência e desejo que permeiam intrínseca e reflexivamente os sujeitos, estratégias de interpelação são desenvolvidas e utilizadas para hegemonização do discurso de interesse. Há, inclusive, a possibilidade de o sujeito se colocar em reflexão ambígua, como, por exemplo, a manifestação à intromissão na vida privada pelo Estado e a expectativa de o mesmo ter a responsabilidade da garantia e proteção da saúde (idem).

Nessa perspectiva, é fortalecido o ponto de vista de Martín-Barbero sobre a determinação de uma hegemonia de pensamento. O autor não compartilha da ideia da existência uma mera imposição da classe dominante sobre a subalterna, mas uma representação de interesses pela classe que hegemoniza que reconhece como seus também os interesses das classes subalternas. Assim, ele afirma que a hegemonização é um processo vivido, pois se faz e se desfaz mediante apropriação de sentidos de sedução e cumplicidade pelo poder (MARTÍN-BARBERO, 2015).

Não se trata então da presença de forças antagônicas em disputa, mas de uma circularidade cultural, segundo reflexão proposta por Carlo Ginzburg (2006), que viabiliza a construção de um estrato comum entre o que seria a classe erudita e a popular, onde “é exatamente o jogo, as trocas, as influências recíprocas que garantem a existência e a manutenção desse fundo comum” (BORGES; AGUIAR, 2017, p. 93). A própria cultura alimentar brasileira representa o exposto, pelo simples fato de que o que são chamados “pratos típicos brasileiros” na realidade são “pratos culturalmente elaborados por brasileiros”, a partir dos atravessamentos culturais trazidos pelos índios, família real, africanos escravizados e imigrantes. E assim, junto à culinária do país, foram construídos também sentidos de como se relacionar com o alimento.

Nesse contexto, as mediações não poderiam abster-se da construção permanente da cultura alimentar, uma vez que a cultura em geral é processo contínuo, não está no

³ “Por ‘governamentalidade’ entendo o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, ainda que complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por forma maior de saber a economia política, por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança” (FOUCAULT, 2008b, p. 143-144).

passado e não é finita, se transforma ao longo dos anos (MARTÍN-BARBERO, 2015). Atravessamentos oriundos de tradições familiares, crenças, culturas e temporalidades são algumas das mediações que constroem saberes e formas de sujeitos lidarem com seus corpos. A forma que determinados sentidos são postos em circulação contribui para a construção de um imaginário acerca do binômio saúde-doença. No entanto, entre as mediações se encontram também interesses políticos e mercadológicos.

Sob a ótica do campo da Comunicação, para se compreender os processos envolvidos nas escolhas dos sujeitos, o olhar se volta para as mediações existentes na prática comunicativa. A abordagem sobre as mediações tem sido construída a partir de autores que possuem em comum o pensamento crítico ao modelo de massa⁴. Dentre eles, Martín-Barbero (2015), reconhecido autor latino-americano, apesar de não delimitar exatamente o conceito de mediações, explora a complexidade da natureza das mediações e promove a associação entre cultura e comunicação, possibilitando o reconhecimento de processos de socialização aos quais a comunicação medeia o espaço simbólico, estruturando assim as práticas sociais dos sujeitos repletos de mediações (SACRAMENTO, 2017).

Assim, seguindo essa proposta, cabe aqui uma breve reflexão sobre a cultura alimentar brasileira. Ao mesmo tempo que é derivada de diversos países do mundo, é autêntica justamente pela sua miscigenação. Entretanto, ainda que a transmissão desse saber fosse limitada pelos grupos que compunham conversas sobre comida, inicialmente pelas classes subalternas, esse processo foi capaz de levar sabores específicos além do estado de origem, compondo, inclusive, as peculiaridades das regiões brasileiras. Logo ao abordar a alimentação como prática social a partir do olhar da comunicação, é sugerida a possibilidade de aprofundamento do debate sobre os movimentos que norteiam as escolhas e posicionamentos da população perante sua saúde, uma vez que os meios de comunicação atualmente são “espaços-chave de condensação e intersecção de múltiplas redes de poder e produção cultural” (MARTÍN-BARBERO, 2015, p. 20). E assim, se contraria o pensamento hegemônico de que a tecnologia é a “grande mediadora entre as pessoas e mundo”, quando o que ela de fato medeia é a aceleração e intensificação da transformação da sociedade, segundo uma lógica de mercado (idem).

⁴ Não se pretende aqui desdobrar detalhadamente sobre como o campo da Comunicação tem se desenvolvido ao longo dos anos, mas cabe destacar o movimento paralelo e semelhante ocorrido no campo da Saúde segundo a lógica mecanicista exposta anteriormente.

Ampliação da circulação e ressignificação de conceitos e sentidos

Como abordado até então, conforme a sociedade se transforma, se modificam também significados e sentidos, inclusive quanto às formas de se lidar com a saúde e doença, de modo que até hoje é possível encontrar em circulação alguns sentidos de séculos atrás. Potencializando isto, a maior capacidade de interação social globalizada, por meio dos meios de comunicação, amplia o espaço e tempo de circulação, configurando então maior amplitude da mediação.

Baseado nisso, propõe-se aqui um exemplo: a ressignificação do ovo de galinha na alimentação. Por muito tempo, foi replicado o discurso do alto conteúdo de colesterol atribuído ao alimento, sendo recomendado por especialistas o consumo limitado de duas a três unidades por semana. Contudo, junto à produtividade científica, que avançava a partir determinação de riscos e assim reconsiderava inúmeros discursos, a partir da década de 1960 ocorria uma valorização midiática de fisiculturistas como Larry Scott, que afirmava que grande parte de seu sucesso se dava ao consumo elevado de carne, queijos e ovos⁵. Este padrão de alimentação é replicado até hoje como dieta *low carb*.

Em contrapartida, aparentemente o consumo elevado de ovos pelos brasileiros ainda não atingiu nível de confiabilidade pleno, uma vez que ainda é possível encontrar questionamentos sobre o ovo ser ou não um “vilão” na alimentação. Tal desconfiança se tornou tão recorrente que foi representada em um episódio do quadro humorístico “Dona Hermínia”⁶, no qual a personagem principal, reconhecida por interpelar os telespectadores pelas semelhanças com muitas donas de casa brasileiras, afirma que tem aversão à pesquisa. A personagem alega que esta gera mais confusão que esclarecimento, já que foi privada de consumir ovos por anos devido afirmações científicas, para agora o discurso mudar totalmente. Inclusive, no início do episódio, afirma que aprecia a participação no programa de um “médico celebridade”, Drauzio Varella, pois ele esclarece as confusões proporcionadas pela ciência.

Observa-se, então, as contrariedades presentes nas diferentes abordagens e a força e duração dos sentidos postos em circulação, bem como o posicionamento midiático potencializa ou não os sentidos produzidos pela produção científica mediante específicas estratégias de interpelação. É notável a legitimação dada a um profissional de saúde

⁵ SLOTNIK, D. E. *Larry Scott, Bodybuilder Who Inspired Schwarzenegger, Dies at 75*. *The New York Times*. Sports. New York, v. 17, 17 mar. 2014. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2014/03/17/sports/larry-scott-bodybuilding-champion-who-inspired-schwarzenegger-dies-at-75.html>. Acesso em: 11 fev. 2019.

⁶ Quadro apresentado no programa de televisão Fantástico, da Rede Globo (2013).

celebridade, o que pode afetar as recomendações de profissionais não celebridades, caso contrariem o que for dito no campo midiático.

Dessa forma, mesmo que haja novas descobertas pela ciência, a forma que estas serão enunciadas por meio de discursos midiáticos é elemento fundamental sobre como será construído e posto em circulação determinado sentido, de modo a ecoar através de décadas. De tal modo, devido à corrida tecnológica a partir da virada do século, observa-se a presença marcante dos meios de comunicação na determinação de formas de lidar com a saúde, uma vez que passaram a conferir legitimidade às mediações.

Muniz Sodré (2002) conceitua essa discussão como mediatização, uma ordem de mediações comunicativas socialmente realizadas a partir da “tecnointeração”, e propõe a existência de um *bios* midiático, definindo uma nova forma de vida marcada pela “relação socialmente gerida pelos dispositivos midiáticos e, portanto, do mercado” (SODRÉ, 2002, p. 233). A própria recomendação popular de não consumir leite com manga é um exemplo de como o sentido dado há séculos ainda circula na cultura alimentar brasileira. Todavia, no presente *bios* midiático, a circularidade é operada de maneira muito mais veloz e sem delimitação de espaço, não possibilitando observar imediatamente de onde parte o discurso e seus sentidos, dificultando completa reflexão do que o sujeito pretende se apropriar. Logo, se torna compreensível como receitas e dicas sobre alimentos “milagrosos” se tornam tão populares em tão pouco tempo.

A Internet e as novas possibilidades de significações

Hoje é possível saber mais sobre alimentação por meio de inúmeras revistas, programas de televisão, novelas e até uma rápida busca nos meios digitais. Com a popularização da *internet*, houve uma mudança nas disputas pelo ‘poder de fazer crer’ das referências tradicionais detentoras do conhecimento, possibilitando que novas vozes sejam ouvidas. Atualmente no tal “jogo de sedução e cumplicidade” da hegemonização, na luta pelo direito de significar⁷, há maior presença daqueles que antes não eram ouvidos. Assim, se amplia a arena de embates sociais, pois cada discurso contempla uma multiplicidade de vozes através de suas mediações (ARAÚJO; CARDOSO, 2007).

Portanto, uma vez que os discursos representam “espaços de construção de sentidos, portanto da realidade” (ARAÚJO; CARDOSO, 2007, p. 58), é possibilitado um outro

⁷ A partir da visão bakhtiniana de Ginzburg (BORGES; AGUIAR, 2017).

olhar sobre a discussão da reflexividade acelerada pelo *bios* midiático. Nessas circunstâncias, é sugerida uma nova forma de interpelação, por meio da identificação com pares que discursam na rede, em um movimento que sugere a retomada da capacidade reflexiva do sujeito e da sua autonomia – ou sua simulação⁸ – na tomada de decisões. Um exemplo é popularidade de vídeos intitulados “*Tour* pelo meu corpo”, em que diversas *youtubers* gravam detalhadamente seus corpos com o objetivo de confrontar o imaginário social que idealiza corpo feminino dito ideal.

Assim, pode ser observado que o discurso leigo demonstra certa consideração aos contextos dos sujeitos, por dialogar sobre a forma de lidarem com seus corpos, contrariando o discurso da maioria dos especialistas, que defende a conquista do corpo perfeito como questão de determinação. O deslocamento do cuidado à doença para a promoção da saúde, no campo científico e formação de especialistas, em consonância com os interesses da “sociedade empresarial”, fomenta até mesmo uma transformação sobre a imagem que se tem de nutricionistas e educadores físicos. É observado que esses profissionais têm buscado cada vez mais visibilidade, podendo, inclusive, se tornar celebridades pela cotidianidade do contato nas redes sociais, mas com paralelo afastamento da realidade da população, por ignorar contextos socioeconômicos e culturais. Então, ao se identificar com a fala de alguém que padece da mesma angústia da não representatividade, é sugerido que um sujeito leigo no assunto possa se tornar uma importante referência de cuidado.

Desse modo, os meios de comunicação possibilitam a transitoriedade em um espaço em que se é delicada a distinção do que é realidade e ficção, em que se encontram inúmeros discursos hibridizados. Além disso, a validação por tal “tecnointeração” pode desencadear importantes agravos à saúde pública, através da disseminação de informações pautadas prioritariamente em experiências de terceiros, sem devida comprovação científica e diagnóstico de quem recebe as recebe.

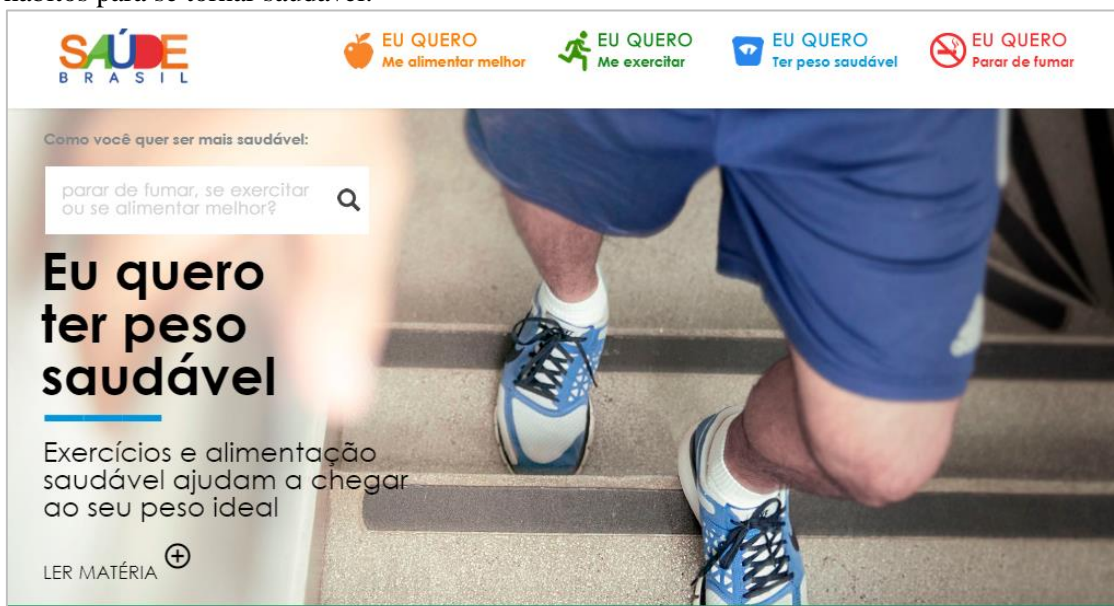
SUS e o conflito de interesses da “instituição Estado-Mercado”

O posicionamento de profissionais de saúde e influenciadores digitais leigos na mídia é apenas uma parte de todo o discurso sobre estilo de vida saudável, composto de diversos produtos, práticas e modismos. E, apesar do notável apelo mercadológico, a

⁸ Diz-se simulação da autonomia pois não se pode descartar a força de interpelação do processo dinâmico da hegemonia.

força hegemônica do discurso ganha força, contraditoriamente, do âmbito governamental da saúde pública, ao promover a responsabilização do cuidado pelo próprio cidadão, como exemplificado na Figura 1. Em busca do menor custo para o Estado, são promovidas campanhas que promovem a responsabilidade pela saúde corporal (SACRAMENTO, 2016), com total negligenciamento dos condicionantes de saúde.

Figura 1. Tela principal do Portal Saúde Brasil, com direcionamentos sobre como obter melhores hábitos para se tornar saudável.



Fonte: Portal Saúde Brasil. Disponível em: <https://saudebrasilportal.com.br/>. Acesso em: 24 fev. 2019.

O esmaecimento da linha que separa Estado de Mercado, ao dificultar a distinção do que parte de um ou outro, favoreceu diretamente o estímulo à conquista da saúde pelo acúmulo de práticas e produtos declarados saudáveis. O posicionamento do complexo médico-industrial⁹, como um dos principais segmentos do mercado global, favoreceu a emergência de um novo sentido: saúde é mercadoria (ELIAS, 2004). Esse segmento tem sido capaz de movimentar discursos midiáticos pela sua dominância em relações negociadas, favorecendo assim a ideia de que é obrigatória a aquisição de produtos e serviços para promover o bem-estar e o sucesso pessoal, paralela à necessidade de provar a capacidade de gerir seu próprio corpo através de alianças estratégicas com a “instituição Estado-Mercado”.

Tendo em vista a presente conformação, fica evidente como a construção dos discursos em saúde pública não visa necessariamente uma melhor qualidade de vida para

⁹ Composto pela indústria farmacêutica, de equipamentos e insumos médicos.

a população. Se o estilo de vida saudável, incluindo a alimentação considerada adequada, não pode ser aderido pela maioria dos brasileiros, quais interesses intrínsecos estariam então a moldar as políticas públicas de saúde? A questão direciona para o antagonismo existente entre a Constituição de 1988, que define a saúde como direito universal, e a onda neoliberal que o país e o mundo são conduzidos desde a sua promulgação (SACRAMENTO, 2017; CARDOSO; ROCHA, 2018). Tanto as políticas públicas quanto a cultura midiática discursam a partir desse posicionamento, retirando a obrigação do Estado para transformá-la em obrigação moral.

Tais contradições fomentam as discussões quanto às disputas de poder existentes na gestão do SUS, de modo que é observável como discursos e sentidos postos em circulação pelas campanhas de promoção de saúde, promovidas por instâncias públicas e privadas, não apresentam significativas diferenças entre si, no que tange ao estímulo à adesão às práticas do estilo de vida saudável.

A comunicação hegemônica na saúde reflete o silenciamento imposto às vozes que compõem o sistema, de cidadãos a profissionais, em uma perpetuação do autoritarismo e da concentração de riquezas no Brasil, a qual entre elas “a da palavra está entre as mais gritantes, comprometendo a democracia” (CARDOSO; ROCHA, 2018, p. 1873). Nessa perspectiva, Araújo (2004) propõe que a reflexão sobre a comunicação pública deva ser pautada na ideia da existência de um mercado simbólico, em que os sentidos sociais – bens simbólicos – são negociados na busca do poder de constituir a realidade. A autora propõe a importância de se considerar os contextos em que se inserem os interlocutores para a compreensão dos interesses envolvidos na disputa de poder simbólico, que “como toda luta, supõe confrontos e embates, mas também acordos, alianças, sinergias” (ARAÚJO, 2004, p. 168).

De modo a exemplificar, verifica-se o papel representativo das Conferências Nacionais de Saúde, ao propor a valorização da voz da população para formulações de políticas públicas, sendo palco para “um embate entre forças com diferentes e desiguais capitais simbólicos” (BOURDIEU, 1989; ARAÚJO; SILVA, 2017). Contudo, a saúde no Brasil ainda carrega antigas estruturas ao promover na prática uma relação vertical hierarquizada, que persiste desde as estratégias campanhistas de Oswaldo Cruz no início do século XX, e pela influência objetivista do modelo biomédico. Como consequência, nas próprias conferências se encontram desafios práticos, como o espaço e tempo de fala que é concedido à sociedade civil durante a conferências, as associações entre gestores

de saúde e políticos, fragmentação de agendas conforme as militâncias que tiverem maior reconhecimento, entre outros.

Ademais, a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional¹⁰ pelo governo Bolsonaro, já em seu primeiro mês de mandato como presidente, fomenta o conflito de interesses envolvidos na gestão da saúde pública perante o afastamento da participação popular. A limitação do que deve ser tratado sobre alimentação foi explicitamente definida pelo atual governo, distanciando ainda mais a possibilidade de compreensão de que existe uma alimentação ideal e diferente para cada sujeito e que, para isso, todo cidadão deve ter direito à alimentação variada, segura e de qualidade.

Considerações à guisa de conclusão

Frente ao conflito de interesses existentes em uma relação muito próxima entre Estado-Mercado e suas repercussões na gestão da saúde pública brasileira, é possível compreender a intensa repercussão da idealização de uma alimentação “saudável”. Assim, juntamente a um cenário em que as relações sociais sofrem constante reconfiguração, os sujeitos se apropriam do que mais produz sentido, tomando suas decisões a partir de uma validação midiaticizada.

Dessa forma, em meio a todas as negociações citadas, entende-se que lidar com a alimentação a partir da comunicação representa um importante modo de compreensão dos fatores que afetam o estado nutricional da população. Fundamental, portanto, para estimular a reflexão sobre quais seriam as melhores estratégias de intervenção diante de um quadro de descrédito político e científico.

Sugere-se a realização de mais estudos interdisciplinares entre os campos da Comunicação e da Alimentação e Nutrição, uma vez que a problematização trazida enfatiza uma importante questão de saúde pública.

Referências Bibliográficas

ABRASCO. Nota Abrasco em defesa do Direito Humano à Alimentação Adequada. **Notas Oficiais**, v. 1, n. 1, jan. 2019. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/outras-noticias/notas-oficiais-abrasco/nota-da-abrasco-em-defesa-do-direito-humano-a-alimentacao-ad>

¹⁰ Instância institucional de articulação entre o governo e a sociedade civil na condução da política e questões relacionadas à temática de saúde, alimentação e nutrição. Foi extinto em 1 de janeiro de 2019, através da instituição da Medida Provisória 870 que revoga todos os artigos da lei relacionados às suas competências e composição (ABRASCO, 2019).

equada-nao-a-extincao-do-consea/38848/. Acesso em: 2 fev. 2019.

ARAÚJO, Inesita Soares; CARDOSO, Janine Miranda. **Comunicação e Saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

ARAÚJO, Inesita Soares. Mercado Simbólico: um modelo de comunicação para políticas públicas. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação (online)**, Botucatu, vol.8, n.14, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v8n14/v8n14a09.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2019.

ARAÚJO, Inesita Soares; SILVA, Wilma Madeira da. Estratégias discursivas e (des)colonização da enunciação: as Conferências de Saúde como campos de batalhas. In: SACRAMENTO, Igor (Org.). **Mediações comunicativas da saúde**. Rio de Janeiro: Multifoco; 2017.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BORGES; Wilson Couto; AGUIAR, Adriana Cavalcanti de. Mediação e Saúde: a importância da comunicação na gestão da formação de residentes no Brasil. In: SACRAMENTO, Igor (Org.) **Mediações Comunicativas da Saúde**. Rio de Janeiro: Multifoco; 2017.

CARDOSO, Janine Miranda; ROCHA, Rogério Lannes. Interfaces e desafios comunicacionais do Sistema Único de Saúde. **Ciência e Saúde Coletiva [periódico na internet]**, v. 23 n.6, 2018. Disponível em: <http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/interfaces-e-desafios-comunicacionais-do-sistema-unico-de-saude/16698?id=16698>>. Acesso em: 21 fev. 2019.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. Tradução Maria Betânia Amoroso; tradução dos poemas José Paulo Paes. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CARVALHO, Maria Cláudia da Veiga Soares; LUZ, Madel Therezinha; PRADO, Shirley Donizete. Comer, alimentar e nutrir: categorias analíticas instrumentais no campo da pesquisa científica. **Ciência e Saúde Coletiva (online)**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 155-163, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v16n1/v16n1a19.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2019.

CASTIEL, Luiz David; SANZ-VALERO, Javier; VASCONCELLOS-SILVA, Paulo Roberto. **Das loucuras da razão ao sexo dos anjos: Biopolítica, Hiperprevenção, Produtividade Científica**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.

CZERESNIA, Dina; MACIEL, Elvira Maria Godinho de Seixas; OVIEDO, Rafael Antonio Malagón. **Os sentidos da saúde e da doença**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

DUMONT, Lígia Maria Moreira; GATTONI, Roberto Luís Capuruço. As relações informacionais na sociedade reflexiva de Giddens. **Ciência da Informação (online)**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 46-53, set./dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v32n3/19023.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2019.

ELIAS, Paulo Eduardo. Estado e Saúde: os desafios do Brasil contemporâneo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 3, 2004. p. 41-46.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 18. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

KRAEMER, Fabiana Bom *et al.* O discurso sobre a alimentação saudável como estratégia de biopoder. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 4, 2014.

LUPTON, Deborah. Corpos, prazeres e práticas do eu. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p.15-48, 2000.

LUPTON, Deborah. **Risk**. London: Routledge, 1999.

LUZ, Madel. T. **Natural, racional, social: razón médica y racionalidad científica moderna**. Buenos Aires: Lugar Editorial, 1997.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos Meios às Mediações: Comunicação, cultura e hegemonia**. Tradução de Ronald Polito e Sérgio Alcides. 7 ed., 1. reimp. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

MIGUEL, Luis Felipe. O liberalismo e o desafio das desigualdades. In: MIGUEL, Luis Felipe (Org.). **Desigualdade e democracia: o debate da teoria política**. São Paulo: Unesp, 2016.

REVEL, Judith. **Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005.

SACRAMENTO, Igor (Org.). **Mediações comunicativas da saúde**. Rio de Janeiro: Multifoco; 2017.

SACRAMENTO, Igor. Saúde, estilo de vida e cultura de consumo num contexto neoliberal. RECIIS – **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, v. 10, n. 4, 2016. Disponível em: <https://www.reciis.iciict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1230/pdf1230>. Acesso em: 30 jan. 2019.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do Espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede**. Petrópolis: Vozes, 2002.